



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9981 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

REFLEXÕES ÉTICAS SOBRE A PRODUÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA PESQUISA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Luciana Stoppa dos Santos - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

As questões metodológicas relativas à acessibilidade na pesquisa científica como pressuposto ético que garante o direito à participação das pessoas com deficiência na produção do conhecimento são o foco deste trabalho. A literatura aponta que as pesquisas científicas das quais participam as pessoas com deficiência não discutem aspectos relacionados à garantia da acessibilidade, tanto no que diz respeito à utilização de recursos ou tecnologias quanto na produção de formas de diálogo que permitam a expressão das pessoas com deficiência. Tal preocupação se fundamenta na premissa de que a participação social é um direito político, previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Desse modo, discutimos que a dimensão temporal, a produção coletiva de memórias e a comunicação multimodal são aspectos que compuseram as adequações de acessibilidade, que o processo se produz na relação com as pessoas com deficiência e é fruto de um trabalho reflexivo sistemático da pesquisadora.

Palavras chave: ética em pesquisa, acessibilidade, pessoas com deficiência

Introdução

Este trabalho apresenta as reflexões éticas sobre produção de acessibilidade na pesquisa com pessoas com deficiência intelectual. Trata-se de recorte de pesquisa de Doutorado [\[1\]](#) em andamento sobre a participação política de pessoas com deficiência intelectual em movimentos sociais pelo direito à educação.

A revisão da literatura sobre participação política de pessoas com deficiência no geral, realizada na Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações (Bdtd) e na base de dados SciELO evidencia que, acerca das discussões sobre acessibilidade, dos 21 trabalhos encontrados - entre teses e dissertações - apenas 3 pesquisas mencionaram utilização de recursos acessíveis, porém, sem apresentar discussão ética e/ou metodológica aprofundada sobre a garantia de acessibilidade para participação das pessoas com deficiência.

Quanto às reflexões éticas que orientaram as escolhas metodológicas nesta pesquisa, o principal aspecto se refere à presunção de capacidade jurídica das pessoas com deficiência, cabendo ao Estado a obrigação de garantir apoios para o exercício das ações que se desdobrem desse direito, presente no artigo 12º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), reiterado pela Lei 13.145/2015 (BRASIL, 2015). Assim, tomamos as pessoas com deficiência intelectual como sujeitos políticos capazes de organizar

e partilhar ideias, cabendo à pesquisadora construir as possibilidades de interação para que possam expressar-se.

Recorremos a Albuquerque (2018), que se pauta no conceito de capacidade jurídica, abarcando a capacidade legal e o exercício de direitos e incidindo sobre a mudança de paradigma trazida pela Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (ONU, 2006), e pela LBIPD (BRASIL, 2015). Busca romper com preconceitos que partem suposta incapacidade para decidir por parte das pessoas com deficiência intelectual, pois teriam reduzida capacidade de agir com soberania sobre suas vidas.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as reflexões éticas que orientaram a construção de estratégias metodológicas acessíveis para garantia da participação da pessoa com deficiência intelectual na produção de conhecimentos científicos sobre seus direitos.

Método

O ponto de partida foi a sistematização de conhecimentos sobre o campo dos Estudos da Deficiência e sobre o capacitismo, sistema de opressões que impõe tratamento desigual às pessoas com deficiência, pautando-se numa suposta capacidade normativa (CAMPBELL, 2009). Somado a ele, o paradigma da investigação emancipatória na deficiência, que visa eliminar constrangimentos e barreiras vivenciadas pelas pessoas com deficiência (MARTINS, FONTES, HESPANHA, BERG, 2012).

Na sequência, fizemos contatos com os grupos de autodefensores ^[2] que foram convidados a participar da pesquisa, e na aproximação com o campo, obtivemos pistas sobre acessibilidade à partir daquilo que já utilizam como estratégia. Conversamos com os responsáveis pelas instituições, com as pessoas com deficiência e com as mediadoras ^[3] de cada grupo para apresentar a pesquisa e sanar dúvidas. As conversas com as mediadoras foram importantes para o contato com os interessados em participar da pesquisa obter pistas sobre acessibilidade, baseadas naquilo que vivenciam no trabalho com os autodefensores.

Foram feitas reuniões com fontes qualificadas - duas mulheres com deficiência integrantes de um movimento social e um estudante de pedagogia com síndrome de Down, cuja participação foi fundamental, pois colaborou com registros sobre estratégias de acessibilidade comunicacional que buscavam favorecer a compreensão e a comunicação das pessoas com síndrome de down.

Depois de cada encontro de grupo focal com os diferentes coletivos, foi feita a análise dos processos comunicativos ocorridos e, quando necessário, a revisão ou planejamento de novos recursos de acessibilidade para o encontro seguinte.

A aproximação da pesquisadora com os movimentos sociais em questão levou-a a estabelecer dimensões para garantia da acessibilidade, sendo que, não considerar tais dimensões *a priori*, foi uma das preocupações éticas para esta pesquisa. São elas a) a dimensão temporal; b) a dimensão coletiva da produção de acessibilidade e c) a multimodalidade como premissa para compreensão das formas de comunicação dos participantes. Na sequência, explicitamos como tais dimensões foram consideradas e as reflexões oriundas do processo.

Resultados

O primeiro aspecto depreendido relaciona-se à temporalidade: o ordenamento temporal dos eixos de discussão nos grupos focais, foi determinado pela forma como cada grupo trouxe o debate. No que diz respeito à quantidade de encontros realizados, em virtude de peculiaridades comunicativas e para garantir a participação de todos respeitando seus ritmos, com um dos grupos foi necessário a realização de 4 encontros ao invés de 3 (conforme cronograma prévio).

As reflexões sobre a dimensão temporal pautam-se na perspectiva dos Estudos da Deficiência, que utilizam a expressão “tempo aleijado”. Para Kafer (2013), atuar no “tempo aleijado” pressupõe reconhecer que as pessoas realizam coisas em diferentes intervalos de tempo e planejar as ações de acordo com esse ritmo. Essa perspectiva assume que as expectativas relativas ao tempo que as coisas levam para acontecer não podem ser baseadas numa temporalidade corponormativa (KAFER, 2013).

Outra dimensão considerada foi a construção coletiva das memórias. Os participantes pediram que antecipássemos a pauta dos encontros, como estratégia de organização do pensamento. Para construir um processo de registro e apoio para os debates que não fosse centrado na pesquisadora, propusemos a construção da memória coletiva dos encontros. A construção foi disparada pela pesquisadora por um grupo de whatsapp constituído a pedido dos participantes, porém inicialmente não houve adesão. Contudo, no encontro seguinte, entendemos que a não adesão poderia ser em virtude de não ser uma prática comum nos grupos dos quais participam - passando a ser utilizada nos encontros de grupo focal.

A terceira dimensão de acessibilidade foi a multimodalidade da comunicação, pois partimos do princípio de que viabilizar processos comunicativos pressupõe considerar que um discurso pode ser híbrido e contar com uma diversidade de modos de representação que incluem imagens, cores, movimento, som e escrita (VIEIRA; SILVESTRE, 2015). Tal premissa foi considerada pois os grupos apresentavam heterogeneidade na organização discursiva, havendo pessoas que faziam uso da comunicação oral e outros para os quais a comunicação corporal compunha de forma importante suas interações.

Considerações parciais

Foi fundamental compreender que a produção de acessibilidade implica centrar no sujeito, em suas necessidades e aspirações, as estratégias de produção do debate, cuidando para que roteiros e expectativas pautadas em pressupostos corponormativos não sejam balizadores da relação. Ressaltamos a indispensável colaboração das pessoas com deficiência como interlocutoras qualificadas para a produção da acessibilidade. Trata-se de um trabalho de artesanato, em que o desenho de pesquisa precisa ser constantemente repensado a partir do que é dito pelos participantes e do que é significado pela pesquisadora, seguido de intenso trabalho de estudos e novas elaborações, transformando o conhecimento prático de um coletivo em conhecimento científico sistematizado.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. **Capacidade jurídica e direitos humanos**. Rio de Janeiro: lumen juris, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf>. Acesso em 15/06/2021

BRASIL **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015** - lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em 9 de março de 2016.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism – The production of disability and abledness**. Palgrave Macmillan, UK, 2009.

KAFER, A. **Feminist, queer, crip**. Indiana university press, 2013.

VIEIRA, J; SILVESTRE, C. **Introdução à multimodalidade: contribuições da gramática sistêmico-funcional análise de discurso crítica semiótica social**. Brasília, df: j. Antunes vieira, 2015.

MARTINS, B. S; FONTES,H; HESPANHA, P; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.98, 2012.

[1] Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com número CAE: 28058319.2.0000.0076

[2] Pessoas com deficiência integrantes de movimentos sociais que defendem os direitos desse coletivo.

[3] Profissionais colaboradoras de cada instituição, que orientam e apoiam os processos organizativos das pessoas com deficiência nos grupos de autodefensoria.